

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA, 10 DE JULHO DE 2017.

Presidência do vereador Márcio Domingues Andrade.

Às 19:00 horas, havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Compareceram os vereadores Danilo Júnior de Oliveira (PMDB), Denílson Augusto do Nascimento (PDT), Evair Messias Pereira (PSC), Francisco Ronivaldo Rodrigues (PSL), Gabriel Lourenço de Queiroz (PMDB), Helio Justino dos Santos (PR), Reginaldo Marques dos Santos (PMDB), e Wellington dos Reis dos Santos (PMDB). O Presidente da sessão coloca a disposição à ata da reunião anterior, a qual foi aprovada e assinada pelos vereadores. Após abre o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: **LEITURA DO PROJETO DE LEI: nº 24 /2017** "Dispõe sobre a desafetação de área pública; **PL nº 25/2017** que "Abre créditos suplementares e dá outras providências; **PL nº. 26/2017** que "Dispõe sobre abertura de créditos suplementares e dá outras providências", **Projeto de Lei Complementar nº. 02/2017** que Altera a Lei Complementar 03, de 05 de outubro de 2007, para conceder jornada especial de trabalho a servidores municipais com deficiência e dá outras providências, os quais foram encaminhados para as comissões. **INFORMADO PELO PRESIDENTE:** o recebimento e publicação de portarias e decretos da prefeitura. **DISTRIBUÍDA CÓPIA: 1** – ofício 188/2017 da Deputada Federal Dâmina Pereira, informando a liberação de verba no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento objetivando o fomento ao setor agropecuário; **Distribuídos convites: 1** – Do Conselho Municipal de Assistência Social, para participar da IV Conferência Municipal de Assistência Social, no dia 12 de julho de 2017, as 13:00 horas no Clube da Melhor Idade; **2** – Do Deputado Estadual Antônio Carlos Arantes para participar da Audiência Pública de debate de intenção de privatização da CEASAMINAS e a terceirização do mercado livre do produtor, no dia 12 de julho, as 15:00 horas no auditório da ALMG; **3** – Do Pedal Fort para participar do 1º Encontro de amigos com passeio ciclístico, no dia 16/07 às 7:30 horas, saído do pesqueiro do mamão. Na oportunidade o Presidente da Câmara, vereador Márcio Andrade disse que Fortaleza de Minas conta com uma legião de ciclistas e que este primeiro encontro é para incentivar os mesmos. Em seguida discorreu sobre o recebimento dos últimos PIs, informando que o PL de desafetação de área é relativo aos dois últimos barracões localizados no antigo "Barracão da Setal". Disse que quanto ao PL PROEMPREGO estava faltando parte do art. 5º, tendo lido o referido artigo e após informou que houve a regularização e que quanto os demais PLS que vieram em caráter de urgência e que esse caráter seria votado na ordem do dia, disse que o PL 25/17 é proveniente de emenda parlamentar da Deputada Dâmina Pereira. Quanto ao PL 26/17 disse que atende a emenda parlamentar do Deputado Rodrigo Pacheco para pavimentação. Sobre o PLC 02/17, esclareceu que a alteração se dá em razão de atender solicitação da Câmara à Prefeitura visto que foi protocolizada nesta Casa pelo servidor Marcelo Dias esta reivindicação. Antes de encerrar o pequeno expediente o Presidente relatou que foi deixado na porta da Câmara, denúncia anônima e que um dos vigias a encontrou. Falou que juntamente com os demais vereadores e assessoria jurídica irão avaliar qual procedimento adotar. Iniciado o **GRANDE EXPEDIENTE**, no uso da palavra o presidente da Casa, vereador Márcio Andrade fez **requerimento** solicitando a relação completa dos beneficiados com bolsa de estudos de cursos técnicos e ou superior, visto rumores que alguns que não deveriam receber estão recebendo, e que precisam avaliar se há irregularidades. Em seguida inscrita para fazer o uso da palavra, usou da tribuna a servidora Viviane Paula representando o setor de educação. Disse que vieram a reunião para esclarecimento a respeito do PL 16A e disse que alguns servidores da

educação por medo e que não são contra qualquer aumento de salário, mas que reivindicam os mesmos direitos, pois também trabalham de forma correta e pediu que as situações delas fossem avaliadas também, para atuarem em seus cargos com motivação. O Presidente vereador Márcio Andrade, esclareceu que se estivesse nas mãos dos vereadores teriam resolvido, porém, a iniciativa deste projeto é do executivo, e que já foram enviados requerimentos pedindo que fosse dado a todos os servidores aumento real em seus vencimentos e que fariam requerimento novamente. Tendo o Presidente feito **REQUERIMENTO** ao Executivo requerendo seja encaminhado projeto de lei que conceda reajuste real a todas as classes de servidores do município, e não apenas que se iguale ao salário mínimo. Continuando a servidora Viviane de Paula relatou que sabe que a culpa não é da atual administração mas que já que estão dando atenção a alguns que dê a todos para que tenham motivação. Aproveitando questionou se o PL que altera o Estatuto visando reduzir a carga horária de servidores com deficiência física que os que já fizeram concurso nas vagas de deficientes terão que comprovar a deficiência através de perito. O PL foi lido novamente pelo presidente que esclareceu que o texto dispõe que a necessidade de redução da carga horária pela deficiência deverá ser comprovada por junta médica oficial, entendendo que servidor que seja portador de deficiência já se enquadra. Após também inscrita para fazer o uso da palavra a cidadã Leda Cincinato que esclareceu que gostaria de maiores informações sobre o PL de desafetação de área e qual seriam os critérios adotados, se seriam por licitação por maiores números de vagas de empregos, respondido pelo presidente que o PL veio já dispondo que será conforme a Lei Organica por licitação, porém não sabia informar quais os critérios seriam adotados. A cidadã disse que a empresa Fortaleza Móveis Rústicos tem interesse de participar. O presidente enfatizou que os vereadores valorizam a iniciativa por gerar empregos. Na oportunidade a cidadã solicitou aos vereadores que intercedam para que a empresa CISNE de transporte público volte a disponibilizar horários nos finais de semana e feriados. O presidente informou que por diversas vezes já requereram esta reivindicação porém se esbarram na justificativa pela CISNE junto a SETOP que a demanda nestes dias são baixíssimas motivo pela qual a SETOP não consegue obriga-los a fazer pela falta de demanda, porém iriam solicitar novamente por requerimento e sugeriu que seja feita no mínimo uma experiência por dois meses para ver se a demanda aumenta, e fez **REQUERIMENTO AO EXECUTIVO** solicitando que interceda junto a SETOP com esta solicitação. Após fez o uso da palavra o vereador Evair Messias Pereira que após desejar boa noite a todos disse que quanto aos projetos de leis, os mesmos chegaram em cima da hora e que inclusive foi comentado com o presidente que posteriormente irá falar com o Prefeito para que envie os mesmos em tempo hábil para ser avaliado, porém que não deixariam de votá-los visto que são para benefício da população. Em relação ao projeto de lei 16 A reafirmou sua posição de que a partir do momento que não atende a todos os servidores já é um projeto rejeitado por não justificar o aumento de salário, que foi feito pensando em duas e esquecendo os outros 280 servidores, e que para ele qualquer justificativa não seria bem vinda, enfatizando que o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 169 Constituição da República prevê sobre o limite prudencial que já houve projetos em mandatos anteriores que não puderam ser votados em razão desse índice, e que apesar de na justificativa do PL 16 A afirmar que está dentro do limite, ele acredita que quando o índice é atingido várias comprometimentos acontecem inclusive corte de verbas e outras perdas e para reverter isso o prefeito terá que reduzir apenas 20% vinte por cento dos servidores comissionados e depois já passa para os efetivos, acreditando ele que poderá haver dispensa até enquadrar no índice prudencial adequado e sugeriu que o projeto continue com as comissões para que possam requerer informações de como está esse índice, pois se votarem o PL de aumento e atingir o índice eles como vereadores também estarão cometendo

infração e crime, pois o que veio do Executivo é muito vago, enfatizando que é contra o aumento e que conforme o vereador Francisco Ronivaldo disse que se é para dar aumento que seja para todos. Quanto ao PL de redução de carga horária para os servidores portadores de deficiência é totalmente favorável. Após usou da palavra o vereador Denílson Nascimento que após desejar boa noite a todos parabenizou a servidora Viviane Paulo que veio reivindicar melhorias sem agredir os demais colegas e que concorda com essa reivindicação desde que não agrida os demais. Enfatizou que é a favor do PL 16 A por acreditar no Prefeito de que haverá redução de custo, da mesma forma que é favorável que seja melhorada todas as classes trabalhistas de servidores públicos, criando piso salarial a todos dando igualdade, e que todo prefeito tem direito de montar sua equipe, parabenizando-o por lotar nos cargos comissionados quase cem por cento de servidores efetivos. Enfatizou que recentemente foi aprovado nesta casa proposição de reajuste salarial em que setenta por cento dos servidores era contra e foi aprovado nesta Casa. Disse que respeita o prefeito por suas decisões para montar sua equipe. Que é louvável que seja criado piso para todos e que deveram cobrar inclusive do sindicato para brigar por isso. Disse respeitar a opinião dos vereadores e servidores que são contra o projeto, porém que sempre isso poderá acontecer, pois nem todos pensam iguais e que divergências sempre existiram. Disse que ele e o colega Hélio por serem servidores não votam projetos de correção salarial, porém está disposto a reivindicar junto com todas as melhorias para os servidores, que também é servidor e tem seu salário defasado e que os que cobram estão no direito deles e devem sim buscar melhorias desde, que haja respeito com os demais, após agradeceu a presença de todos. Quanto aos demais projetos de leis enfatizou que os mesmos chegaram em cima da hora, porém, darão prioridade para que receitas não sejam perdidas. Após no uso da palavra o vereador Hélio Justino se manifestou contrário ao PL 16 A e manifestou ser favorável ao PLC Nº 02/2017. No uso da palavra o vereador Reginaldo Marques que após desejar boa noite a todos fez **REQUERIMENTO** para que seja feito levantamento para dar início com 20 proprietários de lotes onde haja infraestrutura e que estejam com o nome em dia, e que tenham as escrituras em seus nomes, que seja feito tipo um teste, em que os mesmos devolvam os lotes para a Prefeitura Municipal possibilitando que sejam enquadrados no projeto minha casa minha vida, e após, com esses vinte seja feito sorteio das casas deste projeto, informando aos proprietários que pode ser que mude o local da propriedade, porém, é uma medida que se funcionar será estímulo para os demais, que poderão com essa iniciativa ser beneficiados com este projeto de construção de casas. Em aparte o vereador Evair Pereira enfatizou que a assistente social poderia fazer levantamento para ver os que têm possibilidade de passar no projeto minha casa minha vida, e que em acordo com o prefeito faça devolução ao município que entrará nesse projeto aumentando a possibilidade de que os mesmos sejam enquadrados nesse projeto. Em aparte o presidente, vereador Márcio Andrade disse que tiveram visita há poucos dias de engenheiro da COHAB que verificou que necessita que o lote esteja no nome da prefeitura e que localizou alguns lotes que se enquadram, que a cada mil metros pode ser feito 16 apartamentos de 4 andares, segundo o projeto COHAB, o qual é todo financiado pela Caixa, e adiantou que o prefeito comentou com ele que foi até a Cohab, e estão aguardando parecer do engenheiro sobre as áreas. O vereador Reginaldo disse que soube já teria chegado resposta desse projeto e que o mesmo não é viável, em razão de o custo ser de quinhentos reais meses, tendo o vereador Márcio dito que o da COHAB é mais barato, porém o vereador Reginaldo enfatizou o custo é de quinhentos reais/mês e já o do projeto Minha Casa Minha Vida é de duzentos e oitenta reais mês, dando para custear duas dos outros. O vereador Márcio Andrade disse que não acredita que os proprietários se disponibilizar a devolver o lote para a prefeitura e ter o risco de não receber o lote novamente. O vereador Reginaldo disse

que o critério que causa empecilho é o CPF bloqueado, tendo o vereador Márcio dito que são outros critérios, como renda e idade que também são analisados, porém que fosse enviado o requerimento. Continuando o vereador Reginaldo Santos relatou que acredita que muitos servidores estiveram na votação em fevereiro em que foram votados pisos salariais a algumas classes e a recomposição salarial dos servidores, os quais ele não colocou objeção. Disse que quanto ao PL 16 A, não vê o mesmo, como aumento para apenas duas servidores e sim que haverá uma redução de custo de no mínimo três mil reais, que no fim do ano poderá melhorar para todos os servidores e que se vier projeto de lei de reajuste ele também será favorável. Após no uso da palavra o vereador Gabriel Queiroz que discorreu sobre os PLS em pauta, quanto ao PL16 A, que como vereador por cinco mandatos continuará se posicionando a favor dos servidores, pois haverá uma sobra financeira de dezesseis mil reais/ mês gerando economia para o município. Quanto a sugestão do vereador Reginaldo Marques relativa ao projeto minha casa minha vida, disse que se o proprietário do lote abrir mão de seu lote, cairá na estaca zero, pois não haverá como o prefeito assegurar isso ao proprietário, e sabe que o colega pensou de forma positiva e quer o melhor para o município. Quanto aos demais PLs disse ser de acordo e enfatizou colocação do vereador Evair quanto ao prazo curto que estão tendo para avaliar os projetos que chegam em cima da hora. Após no uso da palavra o vereador Danilo Junior Oliveira, após desejar boa noite a todos e agradecer a presença do público, enfatizou que quanto ao viveiro de mudas e do melhoramento genético que possibilitará ao produtor rural agregue maior valor e traga mais renda e recurso para o município, parabenizou ao prefeito e vice pelo trabalho e conforme disse estão plantando uma semente cabendo a cada um de nós trabalhar para concretização deste sonho. Quanto ao PL 24 de desafetação de área, disse que é favorável e entende que é uma matéria que deve ser votada e que membro da sociedade falou sobre o interesse de uma empresa que leva até o nome de nossa cidade, em participar. Que sabe que a concorrência pública depende de procedimento licitatório, que em 2006 foi feita uma concorrência pública para implantação de uma fábrica de calçados e que o critério de julgamento na oportunidade foi o de maior número de empregos, porém, conforme o presidente da Casa disse que esse critério será definido no procedimento licitatório que será feito. Quanto aos PLs 25 e 26, que abrem créditos suplementares, disse que provêm de emendas parlamentares, da Deputada Dâmina Pereira, no valor de oitenta e três mil, cento e setenta e nove e vinte centavos, e do Deputado Rodrigo Pacheco do PMDB, no valor de duzentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos. E que os quatro vereadores do partido do PMDB desta Casa, estão alegres com essas emendas e aguardam mais emendas destes deputados para beneficiar nosso município. Quanto ao PLC 02/2017 disse que é favorável e que o mesmo foi por pedido do plenário desta Casa, e que esses servidores merecem ter suas cargas horárias reduzidas conforme a necessidade e a determinação do laudo médico, e que temos que tratar os desiguais com desigualdade na medida em que eles se desiguam, respeitando o princípio da equidade. Manifestou ser totalmente favorável a esses PLS tanto para o regime de urgência quanto ao mérito. Quanto ao PLs 18 e 19 que tratam de políticas assistenciais, que a Assistente Social esteve em reunião esclarecendo todas as dúvidas, bem como, foi com o PL dos ambulantes em que estiveram presentes as senhoras Andréia e Lúcia e se disponibilizaram a participar da discussão, enfatizando ser totalmente favorável a estes projetos também, e que com diálogo e união construirão uma Fortaleza de Minas melhor. Quanto aos demais projetos de leis narrou sobre o andamento de todos finalizando que é favorável aos mesmos. PL 16 A, disse que gostaria de esclarecer que concorda com a fala da servidora Viviane Paula reafirmando que seja enviado requerimento ao Executivo para recompor as perdas salariais. Que os servidores ficaram seis anos sem revisão geral, dois anos o prefeito da época ainda concedeu

abono que ajudou muito a comunidade que hoje perfaz a quantia de cento e cinquenta reais, enfatizou ser a favor de todos os servidores e que está representando cada um deles, enfatizando estar aberto ao diálogo. Após usou da palavra o vereador Francisco Ronivaldo Rodrigues disse que quanto aos PLS que abre créditos suplementares, informou que falou com a Deputada Dâmina Pereira e que enfatizou que deveriam aprovar esses projetos, visto que verbas governamentais tem prazo para destinação, Quanto ao PLC 02/17 acha justo e deve ser avaliado com carinho. Quanto ao PL 16 A disse que foi votado em primeiro turno sob muita polêmica, e que entende que não estão aqui para votar dignidade, qualidade ou conduta de ninguém e que está aqui para votar dois cargos que é contra não pessoalmente mais visto que os servidores considerados de valor mais baixo estão sendo injustiçado. Disse que teriam ligado confidencialmente para ele insinuando que não votou a favor em primeiro turno por estar sendo influenciado por pessoas da Câmara, enfatizou que nesses anos como vereador e vice-prefeito nunca deixou de trabalhar um dia na roça como diarista por ocupar esses cargos, disse que já esclareceu que não é contra ninguém e sempre deu o melhor de si pelo bem da comunidade, e que não é contra o prefeito de ter mandado o projeto de nem de vereador que é favorável. Disse que quanto ao anônimo disse que o mesmo sabe onde o encontrar. Disse que não deve satisfação para ninguém a não ser para a população e que respeita a opinião de todos mas que também quer ser respeito pela sua visão contrária a esse projeto, pois entende que no quadro de servidores , apesar de achar que está economizando poderiam buscar outro servidor que faria essas função por menos, porém conforme o vereador Denílson Nascimento falou respeita o prefeito que tem o direito de montar sua equipe, porém, tem sua opinião e manifestou ser contrário ao PL por achar que se os servidores que ganham menos, for esperar melhorias para que o prefeito melhore a situação dos mesmos nunca terão. O presidente concedeu novamente a palavra ao vereador Evair Pereira por trinta segundos o qual fez **REQUERIMENTO AO CHEFE DE TRANSPORTE Sr. Nivaldo Estevam** em razão de resposta de uma reivindicação sua que solicitou fosse informado o itinerário de transporte escolar com seus respectivos horários, bem como, o horário de trabalho dos motoristas. Requer que o mesmo use de suas atribuições do cargo com imparcialidade e faça a adequação dos horários para que os motoristas trabalhem de maneira igual, pois está havendo divergência de horário, onde uns trabalham oito horas e outros seis horas e outros apenas uma hora. Enfatizou que conforme informado pelo chefe de transporte o mesmo pode estar cometendo um crime de prevaricação. Após o presidente da Casa, vereador Márcio Andrade antes de passar para ordem do dia, esclareceu sobre os procedimentos dos PLS em pauta, informado os que foram aprovados em primeiro turno e receberam emendas. Enfatizou que as emendas ao PL ambulantes são para coibir o comércio de ambulantes de outros municípios, e que os do município podem trabalhar normalmente, esclarecendo que o intuito foi o de ajudar os comerciantes locais, e que ficaram protegidas também as festas tradicionais, e explicou que os comércios de fora que abastecem os daqui continuaram podendo abastecer normalmente. Quanto ao PL cessão de espaço para uso de antena pertencente ao município visa atender a zona rural municipal. O PLC 02/2017 disse que todos sabem das dificuldades dos portadores de deficiência e que esse pedido da Câmara que luta para isso a um bom tempo. Quanto ao PLS que abrem créditos suplementares, apesar de terem chegados de última hora, foram analisados pela assessoria jurídica os quais já foram liberados pelas comissões e como são de recursos de parlamentares serão já aprovados e que aguardam liberação da caixa quanto aos recursos para iniciar a obra. Quanto ao PL de desafetação de área disse que é de suma importância a criação de empregos e que será feita avaliação, pois todos querem o melhor para o município. Quanto ao PL 16 A disse que conforme conversado com a cidadã Edna Andrade informou que a empresa GS não é apenas

para lançamentos e também para assessoramento do setor de saúde, e que a atual diretora do departamento de saúde Sr.^a Mônica Silva, também confirmou que a mesma fica vinte e quatro horas a disposição prestando assessoria. Disse não entende que é a melhor hora para esse projeto, que se empatasse a votação seria contra, que se fala em economia no valor de mil e quinhentos reais e que ele entende que é de novecentos reais do valor que se pagava, no entanto, são essas as justificativas para esse cargo, e questionou qual seria a justificativa para o aumento do outro cargo. Que quando falam de aumento de salário questionou se essa seria a hora, pois faltam medicamentos na farmacinha e no hospital, faltando recurso na educação regulando a retirada de cópias (xerox), que há reclamações de que faltam papel higiênico e copo descartável na reciclagem; e que se tudo estivesse em dia seria a favor a dar aumento. Disse ainda, que os novecentos reais que serão economizados não trarão solução nenhuma, pois estão tirando assessoria de gabarito para colocar servidor que apesar de falarem que é competente, talvez fosse preciso de uma equipe. Disse ainda, sobre preocupação relatada anteriormente pelo vereador Denílson Augusto quanto à servidora não conseguir estar nos dois locais de trabalho ao mesmo tempo, e que inclusive ele teria presenciado esta situação nesta data, em que viu servidora que precisava falar com a chefe de recursos humanos e a mesma não estaria no local. Enfatizou que não há como uma pessoa estar em dois lugares ao mesmo tempo, citando exemplo dos que trabalham na zona rural e precisam falar com o chefe de recursos humanos, e mesma sabendo que a mesma não está à toa, mas, está no outro setor resolvendo outros problemas e assim, os mesmos não conseguirão falar com a servidora. Sugeriu que conforme foi sugerido por eles mesmos ao prefeito porque não pegaria esses mil e seiscentos reais que estão dando de aumento para essas duas funcionárias e pagasse um servidor para um setor e gratificasse outro servidor para o setor de saúde para fazer esse serviço, pois assim, seria dado serviço a um pai de família que poderia fazer o serviço onde hoje é monitorado pelo servidor Odacir Queiroz, pois as reclamações pelos servidores persistem, e com essa iniciativa estariam ajudando outro servidor e não deixando área descoberta, não precisando contratar empresa, porém, colocaria pessoa específica. Quanto à criação de piso a todos os servidores é totalmente favorável. Na oportunidade foi dada palavra novamente à servidora Viviane Paula que disse acreditar que todos os servidores estão dispostos a colaborar, e que na gestão passada ocupou cargo de diretor para cuidar de três escolas e ganhar salários de mil setecentos e setenta reais, e quando o município está em dificuldade todos os servidores estão dispostos a ajudar e que se o município está em dificuldade nunca terão esse piso. Retomada a palavra o vereador Marcio Andrade sugeriu novamente segurar o PL 16 A e encaminhasse sua sugestão acima citada, ao prefeito para avaliar, tendo questionado ao plenário, porém não houve consenso. Em aparte o vereador Denílson Nascimento solicitou tempo para usar a palavra e fez **REQUERIMENTO ao EXECUTIVO** solicitando esclarecimentos de tudo que o presidente da Casa disse estar faltando nos setores da administração pública. Em aparte o presidente disse que não apenas falou, mas que poderia levar o mesmo aos setores e pergunta aos servidores se é verdade ou não. Em resposta o vereador Denílson Nascimento disse que não está duvidando do presidente, mas que a solicitação de esclarecimentos era para o prefeito e não para ele, pois se assim fosse, pediria a ele e não precisaria fazer requerimento para o Prefeito. O Presidente enfatizou que havia entendido que o mesmo estava duvidando, respondido que não. Ao final o requerimento ficou de autoria do plenário. Não havendo mais assuntos para o grande expediente passou-se a **ORDEM DO DIA** com a seguinte pauta: Votação do **REGIME DE URGENCIA DOS PROJETOS DE LEIS: Nº. 24/2017** recendo **dois votos contrários** dos vereadores **Evair Pereira e Francisco Ronivaldo** e **seis votos favoráveis** dos demais vereadores, sendo **aprovado por unanimidade, PL Nº. 25 e PL Nº. 26, aprovados por unanimidade;**

e **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 02/2017, aprovado por unanimidade.** Votação em **SEGUNDO TURNO** dos seguintes **PROJETOS DE LEIS: Nº. 16 A** que dispõe sobre a criação e extinção de cargo comissionado e dá outras providências; que recebeu **cinco votos favoráveis** dos vereadores: **Denílson Augusto do Nascimento, Reginaldo Marques dos Santos, Gabriel Lourenço Queiroz, Welington dos Reis dos Santos e Danilo Junior de Oliveira,** e **três votos contrários** dos vereadores: **Evair Messias Pereira, Hélio Justino da Silva e Francisco Ronivaldo Rodrigues,** sendo **aprovado por maioria** dos votos. **Projeto de Lei nº. 18/2017** que Dispõe sobre a organização da política de assistência social no município de Fortaleza de Minas e dá outras providências; **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº. 19/2017** que Dispõe sobre benefícios eventuais da política de assistência social e dá outras providências; **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº 20/2017** que autoriza o Executivo a ceder o uso de antena pertencente ao município e dá outras providências **Projeto de Lei nº 22/2017** que Dispõe sobre a proibição do vendedor ambulante não residente em Fortaleza de Minas, comercializar produto ou mercadoria de qualquer natureza na circunscrição do município, e dá outras providências. **VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO: Projeto de Lei nº 23/2017** que Cria o Programa Municipal de qualificação profissional e geração de empregos – PRÓEMPREGO e dá outras providências, **aprovado por unanimidade;** **Projeto de Lei nº 25/2017** que “Abre créditos suplementares e dá outras providências” **aprovado por unanimidade;** **PL nº. 26/2017** que “Dispõe sobre abertura de créditos suplementares e dá outras providências” **aprovado por unanimidade,** **Projeto de Lei Complementar nº. 02/2017** que Altera a Lei Complementar 03, de 05 de outubro de 2007, para conceder jornada especial de trabalho a servidores municipais com deficiência e dá outras providências, o qual foi liberado pelas comissões, colocado em votação e **aprovado por unanimidade.** O **Projeto de Lei nº 24/2017** "Dispõe sobre a desafetação de área pública, permanece com as comissões". **VOTAÇÃO DOS REQUERIMENTOS** apresentados nesta reunião, aprovados por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente convoca para a primeira reunião ordinária da segunda sessão legislativa ordinária da décima quarta legislatura às dezenove horas, no dia 07 de agosto de 2017, e declara o início do recesso parlamentar em 17/07/2017. Após declara encerrada esta reunião e para constar é lavrada a presente ata que aprovada, é assinada pelos presentes.
